

BRASIL PÓS COVID-19

CONTRIBUIÇÕES DO
INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA

SUMÁRIO EXECUTIVO



ipea

BRASIL PÓS COVID-19

CONTRIBUIÇÕES DO
INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA

SUMÁRIO EXECUTIVO



ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

BRASIL PÓS COVID-19

CONTRIBUIÇÕES DO
INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA

SUMÁRIO EXECUTIVO



ipea

EQUIPE TÉCNICA

Aguinaldo Nogueira Maciente
Alexandre Arbex Valadares
Alexandre Cunha
Alexandre Marinho
Alexandre Samy Castro
Ana Amélia Camarano
Ana Luiza Barbosa
Ana Luiza Machado de Codes
André de Mello e Souza
André Gambier Campos
André Gustavo de Miranda Pineli Alves
André Rauhen
Andrea Barreto de Paiva
Bernardo Abreu Medeiros
Bolívar Pêgo
Brunu Marcus Ferreira Amorim
Camillo de Moraes Bassi
Carlos Henrique Leite Courseuil
Carlos Octavio Ocké Reis
Carolina Pereira Tokarski
Edison Benedito
Eduardo Fiuza
Edvaldo Batista de Sá
Elaine Cristina Licio
Enid Rocha Andrade da Silva
Erivelton Guedes
Fabio Alves
Fábio Monteiro Vaz
Fabiola Sulpino Vieira
Felipe Mendonça
Fernanda De Negri
Fernanda Lira Góes
Fernando Gaiger
Fernando José da Silva Paiva Ribeiro
Flavia Schmidt
Flavio Lyrio Carneiro
Frederico Augusto B. da Silva
Gesmar Rosa dos Santos
Glauco Avelino Sampaio Oliveira
Graziela Ansiliero
Graziela Zucoloto
Herton Ellery Araujo
Ivan Oliveira
Janine Mello dos Santos
Joana Luiza Oliveira Alencar
Joana Simões de Melo Costa
José Aparecido Carlos Ribeiro
José Eduardo Malta de Sá Brandão
José Feres
José Mauro de Moraes
José Ronaldo de Castro Souza Júnior
Júlio Cesar Roma
Lauro Roberto Albrecht Ramos
Lenita Maria Turchi
Leticia Bartholo de Oliveira e Silva
Luana Simões Pinheiro
Luciana Mendes S. Servo
Luis Felipe Giesteira
Luís Fernando Tironi
Luis Henrique Paiva
Luis Kubota
Marcelo Galiza Pereira de Souza
Marcelo Nonnenberg
Márcio Bruno Ribeiro
Marco Antônio Cavalcanti
Marco Antonio Natalino
Marco Aurélio Alves de Mendonça
Marco Aurélio Costa
Marcos Dantas Hecksher
Marina Brito
Mário Jorge Cardoso de Mendonça
Matheus Stivali
Maurício Cortez Reis
Mauro Oddo
Miguel Nathan Foguel
Milko Matijascic
Nilo Luiz Saccaro Junior
Paulo Levy
Paulo Meyer
Pedro Herculano G. Ferreira de Souza
Pedro Miranda
Pedro Silva Barros
Priscila Koeller
Rafael Guerreiro Osório
Rafael Henrique Moraes Pereira
Rafael Leão
Regina Helena Rosa Sambuichi
Renato Coelho Baumann das Neves
Rodrigo Fracalossi de Moraes
Rodrigo Orair
Rodrigo Pucci de Sá e Benevides
Sandro Pereira Silva
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Luiz Doscher

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Sumário

Apresentação.....7

Cenários macroeconômicos..... 11

Eixo 1
Atividade produtiva e reconstrução
das cadeias de produção..... 23

Eixo 2
Inserção internacional..... 27

Eixo 3
Investimentos em infraestrutura 29

Eixo 4
Proteção econômica e social
de populações vulneráveis 31

Referências..... 37

Apresentação

No início de 2020, ainda que a economia mundial não estivesse em um momento de desempenho brilhante, sinais de retomada de ímpeto estavam sendo observados (Souza Júnior *et al.*, 2020). No Brasil, particularmente, apesar de que, já em fevereiro, estivessem em queda discreta as expectativas de crescimento do produto interno bruto (PIB), havia sinalização de que estava por vir um movimento de recuperação mais amplo e sustentável para 2020 e os anos seguintes (Bastos, 2020).

O mês de março trouxe, contudo, a confirmação da situação de pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-COV-2), e a necessidade de que deliberadamente partes substanciais da economia mundial fossem colocadas em situação de hibernação, dado que a própria diminuição do contágio pelo vírus seria contingente à redução expressiva de interações sociais e econômicas. Ficou-se, assim, diante de uma reversão completa de expectativas para o ano, face às incertezas ainda presentes em relação às possibilidades de retomada segura da atividade econômica: medidas de isolamento social ou quarentena abrangem quase todos os países, numa escala e velocidade nunca antes vistas, nem mesmo em períodos de guerra (Souza Júnior *et al.*, 2020). A contração da economia mundial era esperada em abril deste ano em ao menos 4,9% pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).¹

O Brasil convive, desde então, com a pandemia e suas implicações sanitárias, sociais e econômicas. O momento marca

uma crise caracterizada pela confluência de desafios simultâneos.

Naturalmente, coube ao Estado o encargo emergencial do gerenciamento da crise e de seus impactos. Seguindo um movimento adotado por grande parte dos governos, a prioridade inicial no Brasil foi o combate à pandemia, assim como a assistência às pessoas e empresas em situação de maior vulnerabilidade. Esse movimento obviamente ensejou despesas extraordinárias, em sua quase totalidade temporárias, mas elevadas, após a aprovação pelo Congresso Nacional do chamado “orçamento de guerra”.² Trata-se aqui, de fato, de um conjunto de medidas emergenciais e urgentes.

Se o país já contava com um cenário fiscal bastante restrito, a consequência imediata dessa atuação – inevitável, ressalte-se – foi o forte aumento da dívida pública e um desequilíbrio financeiro ainda mais agudo dos estados e municípios, que ao mesmo tempo limitava o recurso a novos financiamentos internos.

Assim, em poucos meses, passamos de um cenário razoavelmente promissor para o contexto atual, em que previsões indicam a possibilidade de retração da economia brasileira em até 6%.³ Evidentemente há grande incerteza sobre a magnitude exata da queda da atividade econômica, mas não há dúvida de que esta foi considerável.

Os impactos foram sabidamente heterogêneos, permeando os diversos segmentos das atividades produtivas. O setor mais atingido

1. De acordo com o *World economic outlook update* de junho de 2020. Disponível em <<https://bit.ly/3gdnKvY>>.

2. Disponível em: <<https://bit.ly/2zYeuMP>>.

3. De acordo com as projeções da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea para 2020, publicadas na *Carta de Conjuntura n. 47*. Disponível em: <<https://bit.ly/3dFHJlu>>.

foi o de serviços, que representa 70% do PIB nacional. Seguiu-se a ele o setor industrial, nomeadamente a indústria de transformação, enquanto o setor agropecuário, por suas características próprias, ainda conseguiu manter crescimento positivo, conquanto mais reduzido que as previsões do começo do ano. Certamente heterogêneo será também o processo de retomada nesses diferentes segmentos – um aspecto importante, que deve ser considerado pela atuação do Estado no processo de recuperação.

A taxa de investimento mantém-se relativamente estável, ao nível de 15%, mas insuficiente para garantir crescimento da capacidade produtiva potencial acima de 3% ao ano (a.a.). Há, portanto, que dar atenção a medidas de estímulo à formação de capital. Um componente especialmente nocivo desta crise é a ocorrência simultânea de um choque de oferta (paralisação de grande parte das atividades produtivas) e de demanda (fortes quedas de emprego e rendimentos) em nível global, o que fez com que os indicadores de preços atingissem os menores níveis da história econômica, bem abaixo das metas de inflação programadas pelo governo.

No Brasil, o setor externo foi, de certa forma, preservado das piores consequências da crise, com crescimento significativo das exportações, nomeadamente de produtos do setor agropecuário, mas com forte concentração nos mercados importadores da China; por seu turno, as importações, como era razoável supor, sofreram contração, o que beneficiou o saldo comercial. No entanto, verificaram-se saídas líquidas de recursos externos, pelos efeitos da crise em si ou pelas fortes reduções das taxas de juros, que praticamente anularam o chamado *carry trade*.

Esse cenário reforça a relevância do fortalecimento da integração econômica do Brasil com o mundo, dentro da agenda estrutural de reformas da economia brasileira já propostas pelo governo, e com foco em ganhos de produtividade, na redução de concentrações de mercado e na ampliação da competitividade internacional do país.

Ainda nesse aspecto, é oportuno destacar que o agravamento da restrição fiscal pela crise faz com que o aumento da capacidade de investimentos no Brasil dependa ainda mais intensamente da atração de investimentos externos.

A complexidade do contexto atual indica que o país está vivendo um momento crítico e de potencial inflexão para a trajetória nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, propostas de políticas públicas e evidências robustas e objetivas são insumos críticos para norteamento da ação governamental de curto, médio e longo prazo.

É precisamente nesse sentido que o Ipea, como instituição cinquentenária e *think tank* governamental, e na qualidade de principal órgão de pesquisa e proposição de políticas públicas do Estado, toma a iniciativa de compilar, no documento que ora se apresenta, diversas contribuições. Nossa intenção é prover subsídios para que o governo possa planejar a recuperação da atividade econômica, com vistas à melhoria das condições de emprego, de renda e das condições de vida das populações mais vulneráveis, assim como oferecer possibilidades concretas de proteção social e de políticas públicas de fomento setorial e regional, e úteis à sobrevivência das empresas, em especial daquelas mais vulneráveis em razão do porte e do setor de atuação.

Buscou-se aqui especialmente apresentar propostas de ações concretas que atuariam no nível tático e executivo das políticas públicas, de modo que, em virtude da emergência sanitária, social e econômica, este documento concentra-se em programas ou instrumentos específicos, e não em estratégias genéricas.

São contribuições de caráter indicativo e propositivo, que possam ensejar aos tomadores de decisão a realização de escolhas robustas, posto que ancoradas em um acúmulo institucional único de conhecimento sobre políticas públicas no Brasil, as quais se pretendem simultaneamente factíveis e compatíveis com os recursos públicos e privados disponíveis.

Como já amplamente reportado em análises feitas pelo instituto desde o início da crise, a pandemia e as suas necessárias medidas de enfrentamento atingem mais fortemente os segmentos sociais e os territórios mais vulneráveis, que tendem a possuir menor capacidade de absorção dos variados impactos que as medidas de enfrentamento à crise podem provocar.⁴ Assim, esse conjunto de contribuições enfatizou especialmente sugestões de políticas sociais, com fulcro na necessidade de amenizar o inevitável aumento das já elevadíssimas desigualdades da sociedade brasileira. Reputamos como essencial que a combinação de respostas do governo seja capaz de preservar a saúde da população e apontar o melhor caminho possível para a economia, considerando-se concomitantemente a questão das desigualdades.

Dedicou-se ainda atenção especial ao setor externo, tendo em vista principalmente as restrições que poderão advir das novas condições da economia mundial e de possíveis rupturas das cadeias produtivas globais; igualmente, foram focalizados os aspectos institucionais passíveis de favorecer ou dificultar a recuperação plena da atividade econômica.

Finalmente, no contexto macroeconômico, o Ipea desenvolveu projeções e simulações indicativas para os caminhos da recuperação, com ênfase especial nas trajetórias de mais longo prazo, além de elaborar cenários de caráter conjuntural de curto prazo. Para tanto, foram utilizados exercícios de modelagens macroeconômicas, em grande parte já adrede desenvolvidas, mas que foram atualizadas e “calibradas” para as circunstâncias atuais das economias brasileira e mundial.

Reforçamos que se trata aqui de um documento com propostas de curto e médio prazo, mas não menos essenciais no momento atual, dada a gravidade da crise. Este esforço soma-se a mais de quarenta publicações específicas já feitas pelo Ipea desde o início da pandemia,⁵ e conta com o envolvimento de todas as áreas de atuação do instituto.

Esta contribuição atual, de ordem, digamos, mais “cirúrgica”, não obsta nosso entendimento sobre a necessidade de que, para além da crise, o país siga buscando um projeto de desenvolvimento nacional baseado na elevação da produtividade dos fatores de produção e na eficiência alocativa. São exemplos que apontam nessa direção as reformas e as propostas já encaminhadas pelo governo federal referentes ao sistema previdenciário e ao “pacto federativo”.

Trata-se de um projeto que certamente transcende a pandemia e seus efeitos, mas que é o caminho fundante de uma trajetória de crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Há que ressaltar, também, a contribuição do Ipea com propostas de ordem mais estruturante e transversal, consolidadas em centenas de publicações disponibilizadas à sociedade e ao Estado.⁶

Desejamos uma boa leitura a todos.

Carlos von Doellinger
**Presidente do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

4. Disponível em: <<https://bit.ly/2BDCd5j>>.

5. Disponível em: <www.ipea.gov.br/coronavirus>.

6. Recentemente, o Ipea publicou dois volumes do projeto Desafios da nação, com propostas estruturantes.

Cenários macroeconômicos

Cenário de referência para 2020-2021¹

As perspectivas para a economia brasileira antes do agravamento da pandemia de Covid-19 eram de crescimento moderado, mas em aceleração em 2020 e 2021, com aumentos estimados do produto interno bruto (PIB) de cerca de 2% e 3%, respectivamente. As reformas realizadas nos últimos anos para a melhora do ambiente de negócios e a redução dos riscos fiscais – com destaque para a aprovação do teto de gastos e da reforma da previdência –, assim como a baixa taxa de juros básica, representavam um estímulo à produção e à retomada dos investimentos na economia brasileira. A formação bruta de capital fixo terminou o primeiro trimestre de 2020 com alta de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.² Porém, ainda havia importantes desafios a vencer no tocante à consolidação fiscal estrutural, por meio de medidas legais e infralegais que permitissem melhorar a efe-

tividade e conter o crescimento dos gastos, e às chamadas reformas microeconômicas, que proovessem estímulos adicionais à melhora da alocação dos recursos na economia, com impactos positivos sobre os investimentos privados e a produtividade.

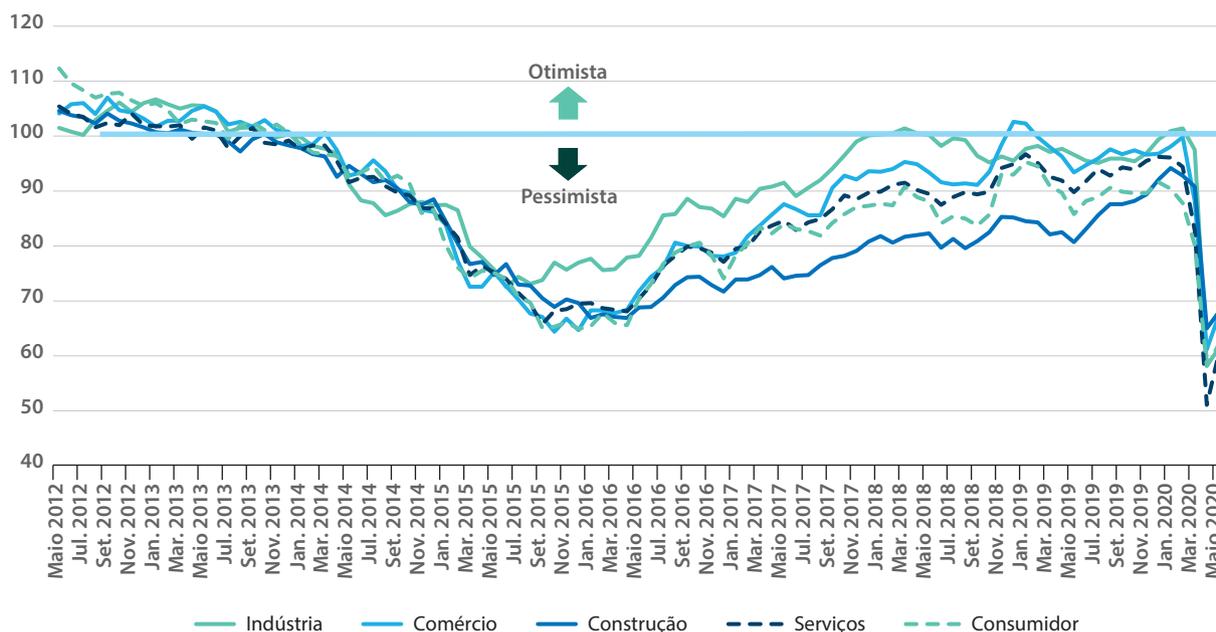
A grave crise sanitária em escala mundial mudou repentinamente esse quadro. Em pouco tempo, a expectativa de retomada da atividade transformou-se na certeza de grave crise, que mescla restrições severas de oferta com reduções de demanda. As medidas de afastamento social para a contenção da disseminação do vírus no Brasil e no resto do mundo, conjugadas com a forte piora da confiança de consumidores e empresários, devem resultar na maior queda do PIB brasileiro desde o início da série histórica, em 1901.³ O gráfico 1 ilustra a piora nos indicadores de confiança da economia brasileira.

1. Alguns trechos foram extraídos da seção “Atividade econômica: revisão das previsões de crescimento 2020/2021” da *Carta de Conjuntura* n. 47 do Ipea, de junho de 2020 (no prelo). Disponível em: <<https://bit.ly/2Z8O97g>>.

2. De acordo com os dados do IBGE.

3. Série histórica de PIB desde 1901, disponível no Ipeadata (<www.ipeadata.gov.br>).

GRÁFICO 1
Indicadores de confiança – séries dessazonalizadas (maio 2012-maio 2020)
 (Em pontos percentuais – p.p.)



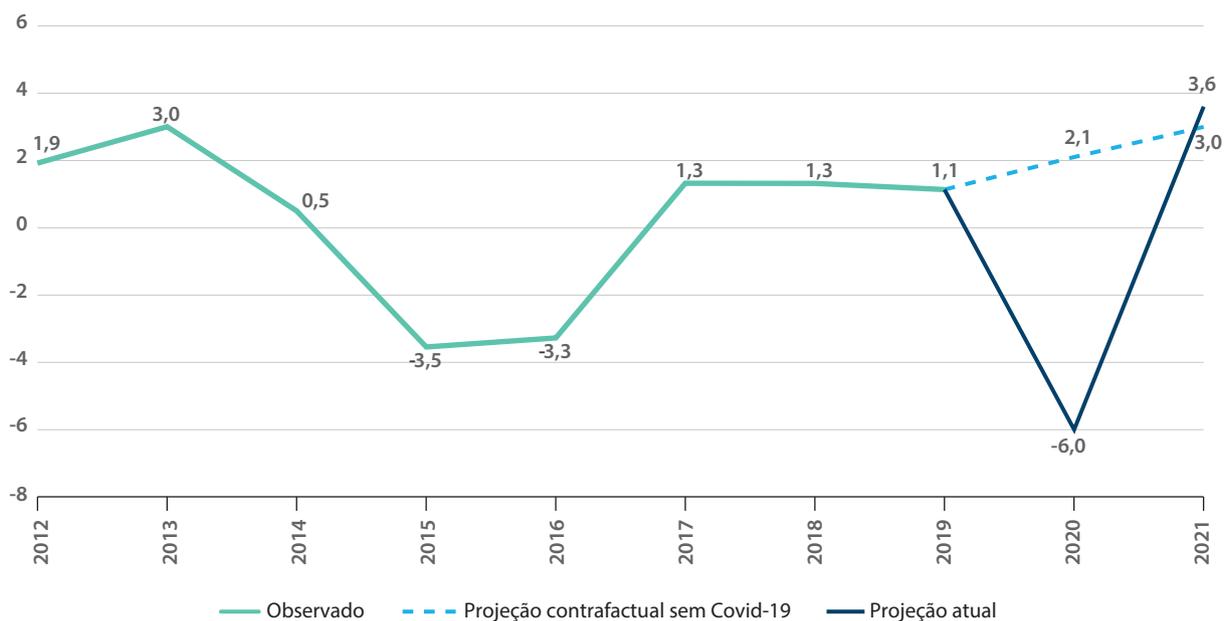
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).
 Elaboração: Dimac/Ipea.

A magnitude do choque causado pela pandemia do novo coronavírus exigiu a adoção de um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e de preservação da produção, dos empregos e da renda. Pelo lado da receita pública, cabe destacar a implementação de reduções e desonerações temporárias de impostos e contribuições sobre bens necessários ao combate da pandemia; suspensão de pagamentos de dívidas previdenciárias; e diferimento, por alguns meses, de diversos impostos e tributos. No que se refere aos gastos públicos, destacam-se a ampliação do Programa Bolsa Família; o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; o Auxílio Financeiro Emergencial à população carente e aos trabalhadores informais; o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; e a ampliação de recursos e transferências a estados e municípios para ações de saúde. De acordo com estimativa do Ministério da Economia feita em maio, as medidas com impacto no resultado primário do governo central em 2020 atingiriam cerca de 6% do PIB, acima do valor médio dos programas de apoio à economia anunciados nos países avançados, da ordem de 4,5% do PIB (Brasil, 2020). Além disso, foram também implementadas medidas

extraorçamentárias, regulatórias, de apoio a estados e municípios e de estímulo ao crédito, com impacto econômico potencial significativo. Podem-se citar, por exemplo, o diferimento do prazo de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); a redução temporária nas contribuições do Sistema S; e diversas medidas de ampliação e barateamento do crédito, inclusive com ampliação de garantias pelo Tesouro Nacional para empréstimos a micro, pequenas e médias empresas.

A implementação desse amplo conjunto de medidas certamente reduziu o impacto negativo imediato da pandemia nos níveis de produção, emprego e renda do país. Além disso, na medida em que tais iniciativas se revelem capazes de atenuar o fechamento de empresas e a perda de empregos nos próximos meses, elas também contribuirão para uma retomada mais rápida e forte do crescimento. Ainda assim, está claro que não será possível evitar significativos custos econômicos e sociais para o país. Os gráficos 2, 3 e 4 mostram como as expectativas de mercado para o PIB no biênio 2020-2021 mudaram em função do choque da Covid-19.

GRÁFICO 2
Taxa de crescimento do PIB: projeção pré-pandemia e projeção atual (2012-2021)
 (Em %)

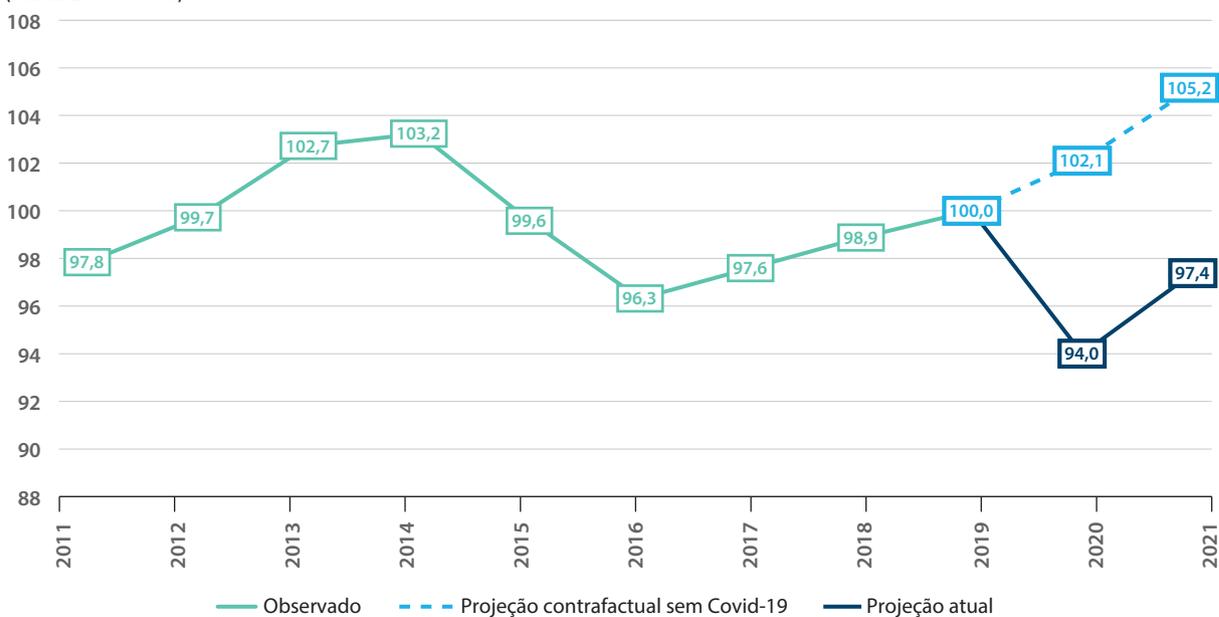


Fontes: Ipea e IBGE.

Elaboração: Dimac/Ipea.

Obs.: A previsão contrafactual sem Covid-19 foi feita na visão geral da Carta de Conjuntura nº 46, de março de 2020.

GRÁFICO 3
PIB: projeção pré-pandemia e projeção atual (2011-2021)
 (Índice 2011 = 100)



Fontes: Ipea e IBGE.

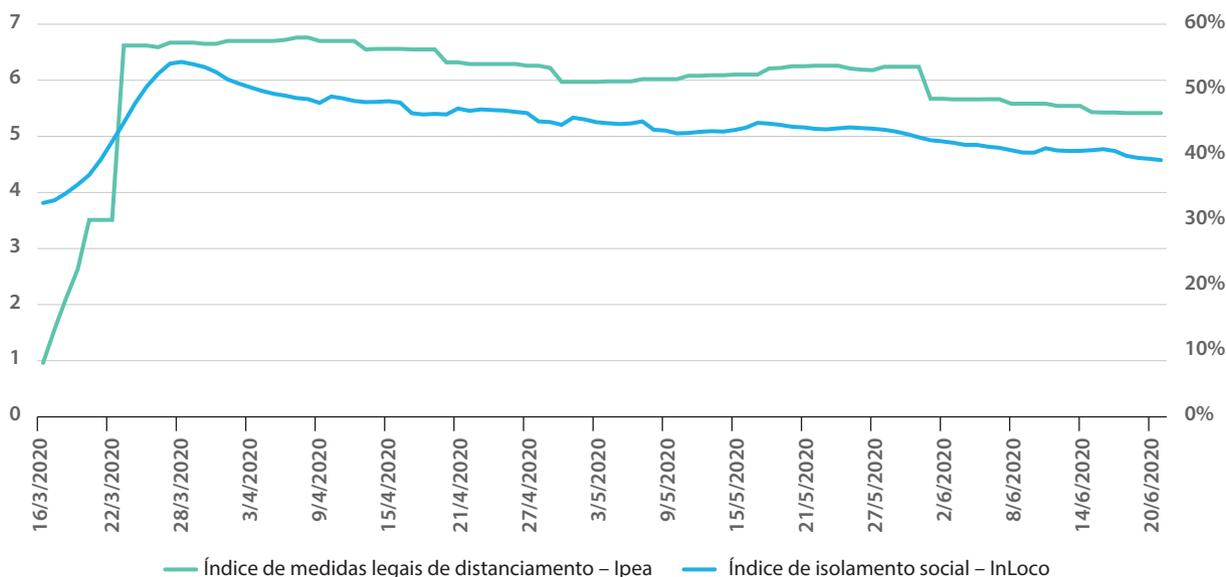
Elaboração: Dimac/Ipea.

Obs.: A previsão contrafactual sem Covid-19 foi feita na visão geral da Carta de Conjuntura nº 46, de março de 2020.

De acordo com o cenário macroeconômico para 2020-2021 divulgado pela Dimac/Ipea em 9 de junho de 2020, a queda do PIB neste ano deverá atingir 6%. Contudo, nossa avaliação é que abril parece ter sido o pior momento para a atividade econômica. Esse cenário considera que junho marcará o início de um processo de flexibilização gradual das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas. Evidentemente, há muitas dúvidas sobre como se dará esse processo. As incertezas não se referem apenas ao ritmo de flexibilização de regras e medidas legais, mas também ao comportamento da população face à evolução da pandemia. O gráfico 4 mostra que o índice de isolamento social está caindo, mesmo antes da redução das medidas legais de distanciamento.

Supõe-se que a evolução da Covid-19 no Brasil no restante do ano possa ser controlada sem a imposição de novas restrições significativas ao funcionamento das atividades econômicas, e que será possível o relaxamento gradual das medidas excepcionais de política voltadas para a preservação de empregos, renda e produção, além do retorno do país à estratégia de política econômica anterior, calcada em medidas voltadas para a recuperação e a consolidação do equilíbrio fiscal e para o aumento da produtividade na economia. Essa estratégia vinha contribuindo para a recuperação da confiança na estabilidade macroeconômica, lançando as bases para a atração de investimentos e a aceleração do crescimento. Espera-se, assim, que a taxa de crescimento do PIB convirja, gradualmente, de volta para a trajetória projetada antes da crise da Covid-19, e que o crescimento do PIB seja de 3,6% em 2021 – em função da baixa base de comparação.

GRÁFICO 4
Medidas legais de distanciamento versus isolamento social observado (16 mar.-21 jun. 2020)
(Dados diários)



Fontes: Moraes (2020) e InLoco.

Elaboração: Dimac/Ipea.

Obs.: O índice de isolamento social da InLoco é uma média móvel de sete dias.

É importante ressaltar, porém, que essas projeções estão sujeitas a grande incerteza, tanto no que se refere à estimativa do impacto da pandemia sobre a atividade econômica corrente, como no que tange às hipóteses subjacentes ao ritmo esperado de recuperação no restante do ano.

Centralidade da questão fiscal

A gravidade da crise causada pela pandemia do novo coronavírus tem exigido grande aporte de recursos públicos, por meio de gastos transitórios tanto para a saúde pública como para políticas de mitigação de seus efeitos econômicos e sociais. As receitas públicas também caíram muito em função da queda do PIB e dos diferimentos de pagamentos de impostos, que visam atenuar o problema de fluxo de caixa das empresas. A prioridade do momento não poderia deixar de ser o apoio do governo para poupar vidas e para minimizar os efeitos negativos sobre as empresas, os empregos e as famílias mais vulneráveis.

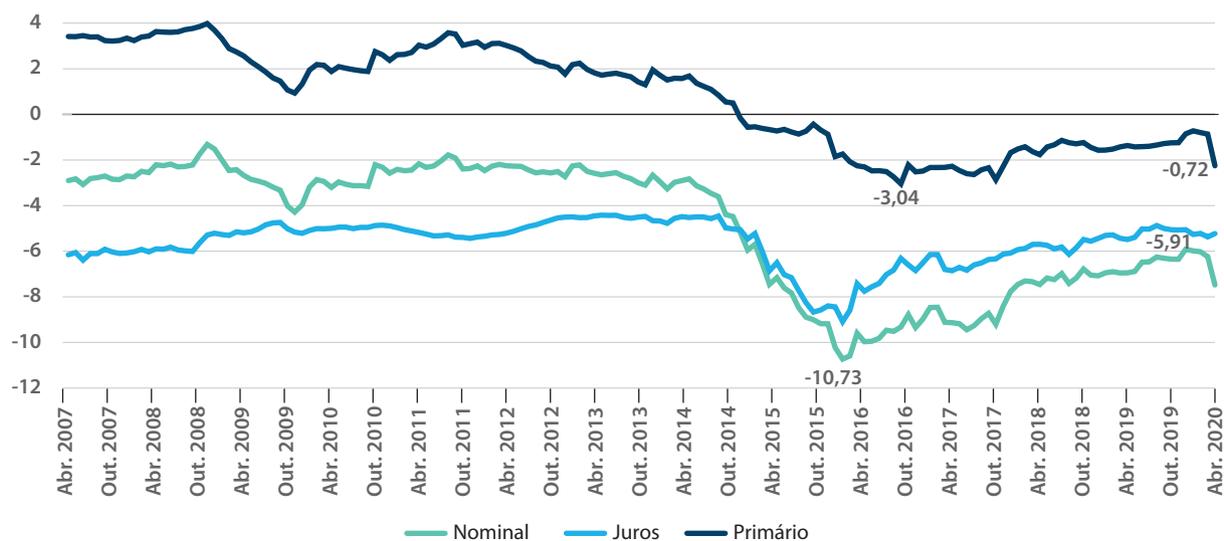
O problema é que, no caso brasileiro, a crise chegou num momento em que o país ainda trabalhava para ajustar as contas públicas de forma gradual, por meio do controle do crescimento dos gastos públicos e sem elevação da carga tributária. É importante lembrar que o descontrole das contas públicas foi um dos principais determinantes da recessão anterior, iniciada no segundo trimestre de

2014 e encerrada apenas no quarto de 2016 — num total de onze trimestres (FGV, 2017). A protelação do ajuste iniciado em 2015, ou mesmo a adoção de um ajuste mais tênue, teria causado deterioração ainda pior da situação fiscal, o que levaria a um ajuste com impactos ainda piores sobre o PIB e a inflação.⁴ O ajuste estrutural das contas públicas teve como medidas mais relevantes a aprovação do teto dos gastos (Emenda Constitucional – EC nº 95/2016) e da reforma da previdência (EC nº 103/2019), que foram decisivas para melhorar a credibilidade da política fiscal brasileira e, por conseguinte, permitir a redução consistente da taxa de juros neutra – também influenciada pela redução das taxas de juros internacionais. A redução dos gastos com juros, a partir de 2016, foi o principal responsável pela diminuição do *deficit* nominal. Por sua vez, a melhora do *deficit* primário, que também ajudou a melhorar o resultado nominal, foi decorrência da redução dos gastos discricionários – com forte impacto sobre os investimentos públicos –, que compensou parte da alta dos gastos obrigatórios com transferências de renda.

O *deficit* primário, sem a crise da Covid-19, tenderia a ser revertido ainda na primeira metade dos anos 2020. Dessa forma, mantendo-se a taxa de juros neutra estruturalmente mais baixa, seria possível reverter a tendência de alta da dívida pública de forma consistente, mesmo sem receitas extraordinárias.

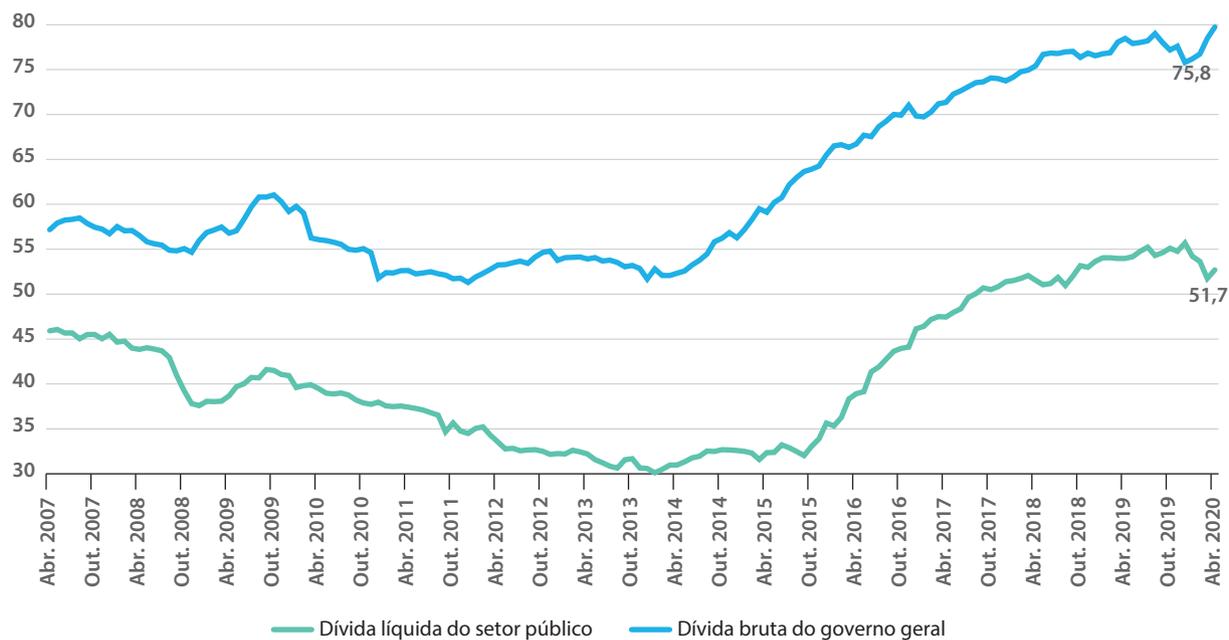
4. Conclusão de estudo feito utilizando um modelo de equilíbrio geral estocástico dinâmico por Cavalcanti *et al.* (2019).

GRÁFICO 5
Resultado fiscal do setor público consolidado (abr. 2007-abr. 2020)
 (Acumulado em doze meses, em % do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).
 Elaboração: Dimac/Ipea.

GRÁFICO 6
Dívida pública (abr. 2007-abr. 2020)
 (Em % do PIB)

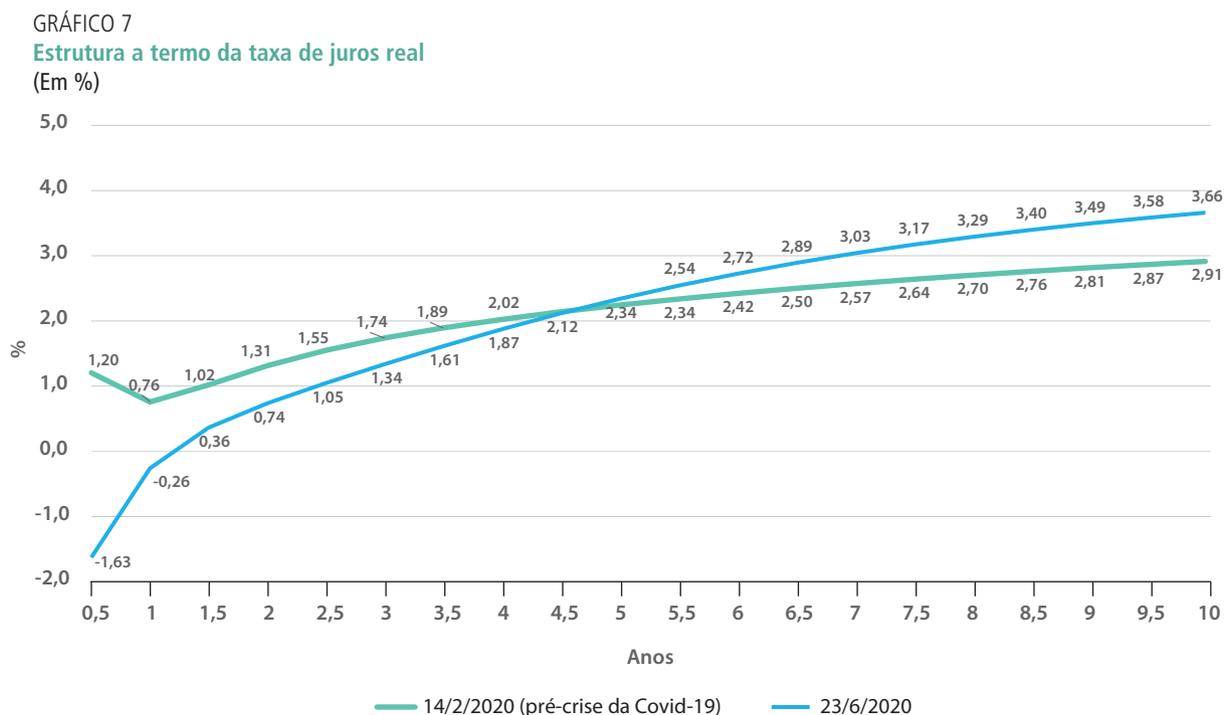


Fonte: BCB.
 Elaboração: Dimac/Ipea.

Mesmo que o aumento das despesas seja preponderantemente transitório, parte dessa alta tende a se prolongar por algum tempo, devido ao provável aumento de demanda por assistência social – resultante da elevação do desemprego e da redução da renda do trabalho. A perda de receita tem uma parte temporária, associada ao diferimento do pagamento de impostos e à queda aguda da atividade econômica. Contudo, o choque causado por esta crise tem também efeitos permanentes, pois, mesmo com a retomada do crescimento e com o aumento esperado de 3,6% do PIB em 2021, o nível de produto ainda estará significativamente abaixo do que estaria caso o país tivesse seguido a tendência anterior, pré-crise – como fica claro no gráfico 3, mostrado anteriormente. No contexto de forte rigidez das despesas, a consequência

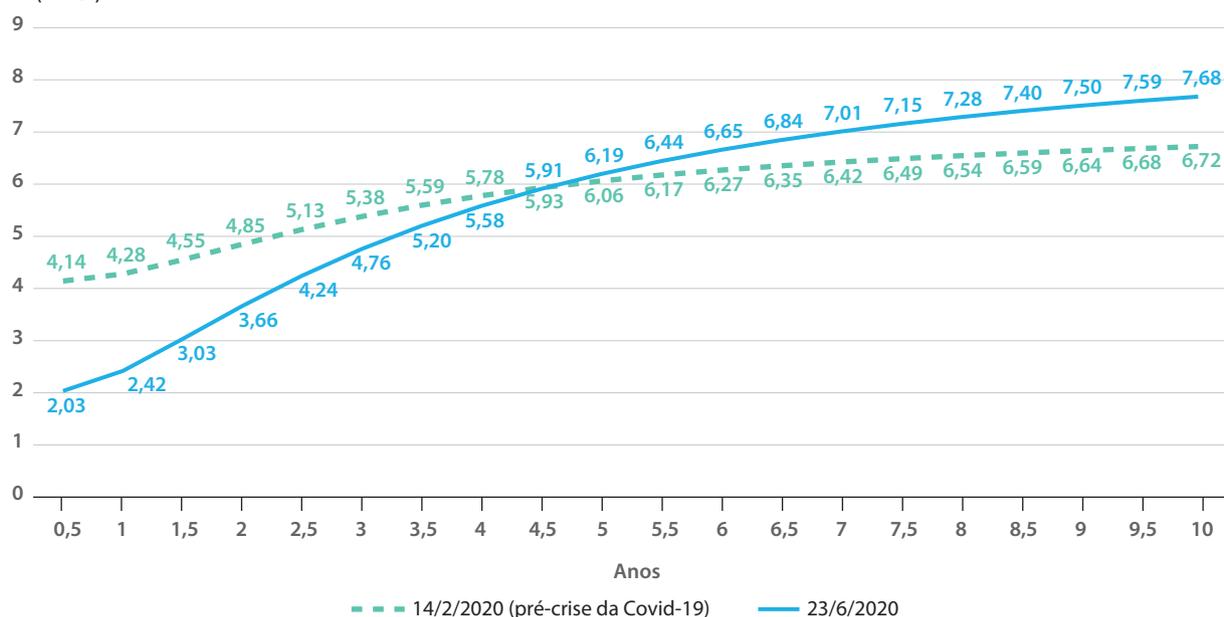
inevitável é o aumento dos *deficit* primários por alguns anos, relativamente à trajetória anterior.

Num exercício simples de simulação, é possível mostrar que, dada a forte redução das receitas públicas, e mesmo mantendo-se a despesa limitada pelo teto, a obtenção de *superavit* primário só seria possível no final da década de 2020. Obviamente, na ausência do teto dos gastos, essa reversão do *deficit* seria ainda mais lenta, com graves riscos para a trajetória da dívida pública e, por consequência, para a credibilidade da política fiscal. Um efeito direto desse aumento do risco já foi sentido por meio do aumento da inclinação da estrutura a termo da taxa de juros, que gera pressão de alta do custo da dívida, contrapondo-se ao efeito baixista da redução da taxa Selic.



Fonte: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).
Elaboração: Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8
Estrutura a termo da taxa de juros nominal
(Em %)



Fonte: Anbima.
Elaboração: Dimac/Ipea.

Uma condição necessária, embora não suficiente, para a retomada consistente da economia brasileira é exatamente a contenção da deterioração do risco fiscal. É preciso manter a sinalização clara do compromisso com o equilíbrio fiscal. Antes desta crise, a principal conquista no *front* fiscal havia sido a reforma da previdência, mas ainda eram necessárias novas reformas que permitissem a redução do crescimento dos gastos públicos e viabilizassem a manutenção do espaço fiscal necessário para manter o cumprimento do teto dos gastos – principal âncora fiscal do país no momento. Passada a pandemia – e a necessidade de medidas emergenciais com impacto no sentido de aumentar o *deficit* e a dívida pública –, essas reformas ganharão ainda mais importância.

Como exemplo de reformas que poderiam ajudar a conter o crescimento dos gastos e melhorar a alocação dos recursos públicos, podem-se citar as seguintes: o novo pacto federativo, que criaria ferramentas para melhorar a gestão fiscal em todos os níveis de governo – é bom lembrar que boa parte do risco fiscal está nos entes subnacionais –; a proposta de

emenda constitucional que extingue fundos de financiamento infraconstitucionais; e uma reforma administrativa que estimule o aumento de produtividade dos servidores e ajude a conter os gastos com pessoal – segundo maior item de despesa primária do governo federal e principal despesa dos governos subnacionais.

É fundamental estar atento também, especialmente a partir de 2021, à possível ocorrência de efeitos não keynesianos da política fiscal. Para que um aumento dos investimentos públicos, por exemplo, fosse suficiente para estimular a economia de forma significativa e ajudasse o país a superar os gargalos de infraestrutura, seria preciso uma elevação muito substancial desses gastos. Os efeitos negativos desse tipo de medida, via piora na percepção de risco dos agentes em relação à sustentabilidade da dívida pública, possivelmente seriam maiores do que os efeitos positivos dos investimentos. A solução mais adequada, portanto, deve ser a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros, especialmente em infraestrutura. Para isso, será preciso um ambiente macroeconômico equilibrado, um sistema tributário menos complexo e oneroso, e um ambiente

regulatório que propicie uma estrutura de incentivos adequada ao cenário atual, que exige uma taxa de retorno maior para compensar o elevado nível de risco.

Diante da forte expansão da liquidez internacional em resposta à crise da Covid-19, é provável que os juros externos se mantenham muito baixos ainda por alguns anos. Isso não garante, contudo, que o financiamento da dívida pública brasileira esteja assegurado: se sua trajetória não for percebida como sustentável, o país pode enfrentar crises de confiança, com graves consequências macroeconômicas. Essa percepção quanto à sustentabilidade da dívida pública depende, sobretudo, de um arcabouço institucional que impeça que os *deficit* se mantenham elevados por um período excessivamente longo, refletindo pressões para aumento dos gastos, mesmo quando eles forem meritórios.

É possível crescer mais a partir de 2021?

A pandemia provocou forte retração do PIB brasileiro no primeiro semestre de 2020. O crescimento projetado para o segundo semestre, somado à alta de 2021, será capaz de recompor somente parte da perda absoluta de PIB, que ainda ficará 2,6% abaixo do nível de 2019. Se compararmos com a tendência anterior de crescimento, sem a pandemia, a diferença fica ainda maior. Por isso, é fundamental pensar em soluções não só para se garantir essa retomada projetada no cenário de referência do Ipea, mas também para acelerar ainda mais o crescimento em 2021 e nos anos subsequentes.

Não há caminho fácil para se atingir esse objetivo. Os problemas fiscais restringem a utilização de gastos públicos para estimular a retomada da economia. A política monetária pode contribuir positivamente, atenuando a queda do PIB e gerando estímulos para a retomada cíclica, mas não é suficiente para uma aceleração forte e equilibrada da economia. O aumento recente da inclinação da curva de juros mostra que a política monetária tem suas limitações até mesmo no que se refere ao custo de capital. O aumento dos

juros para prazos longos pode anular parcial ou totalmente o efeito da redução da Selic sobre o custo de captação de recursos – do governo e do setor privado.

Medidas na direção de se reduzir o risco fiscal e melhorar o ambiente de negócios são a forma mais eficiente de estimular os investimentos privados e gerar emprego e renda no médio prazo. O senso de urgência que permitiu a aprovação relativamente rápida de medidas que respondem diretamente aos problemas causados pela pandemia também deveria guiar os esforços para a retomada da agenda de reformas econômicas.

O Brasil oferece boas oportunidades de investimento, devido ao mercado potencial, que é um dos maiores do mundo, e às suas vantagens comparativas ainda não totalmente exploradas. Na cadeia do agronegócio, por exemplo, ainda é possível aproveitar mais nossas vantagens, aumentando a nossa competitividade na indústria de alimentos. A possível tendência de desconcentração da atividade industrial, em função da crescente percepção internacional de que haveria uma concentração excessiva em alguns países da Ásia, o que exporia os países a riscos de abastecimento – questão que ganhou destaque nesta pandemia –, também poderá oferecer oportunidades para o país. Os gargalos de infraestrutura no país também evidenciam que, mesmo num cenário com elevada capacidade ociosa do capital fixo, há oportunidades de investimentos que podem atrair investidores nacionais e estrangeiros.

A produtividade brasileira ainda é muito baixa quando comparada à dos países mais desenvolvidos. Existe amplo espaço para aumentar a eficiência econômica por meio de reformas estruturais, como maior abertura ao comércio exterior e flexibilização do mercado de trabalho. Aliadas à dinamização do mercado de crédito – na linha que o Banco Central já vem perseguindo, ao explorar oportunidades abertas pelas novas tecnologias financeiras – e à melhoria do ambiente de negócios, essas reformas permitiriam acelerar o crescimento da produtividade, estimulando ainda mais os investimentos.

A ociosidade do capital fixo e do capital humano (com a forte elevação do desemprego) abre um espaço para que o país cresça mais que seu potencial por alguns anos, sem serem geradas pressões inflacionárias. Ainda assim, o crescimento só será robusto se vier com melhor alocação dos recursos investidos, com o foco na melhora da produtividade – principal fonte de crescimento de longo prazo.

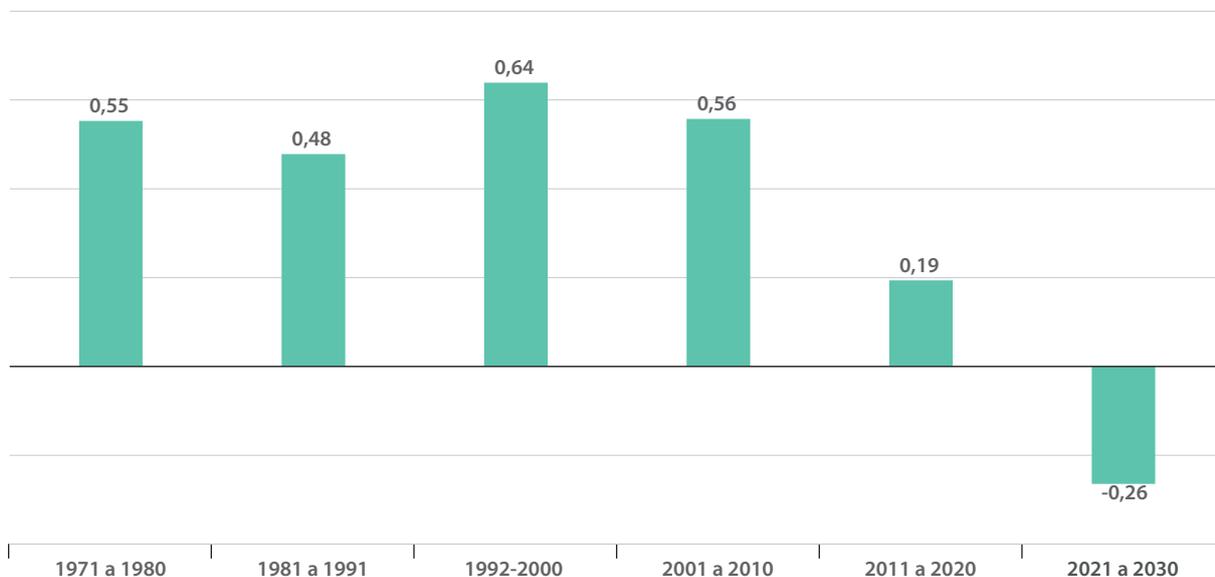
A realização de um esforço concentrado para a aprovação de reformas poderia acelerar a retomada de curto prazo e pavimentar o caminho para uma superação mais rápida dos efeitos negativos da pandemia sobre a economia brasileira. As reformas fiscais poderiam reduzir o risco de descontrole das contas públicas e melhorar a estrutura tributária, o que reduziria o

custo para o pagamento de impostos e poderia melhorar a eficiência da economia.

As medidas de redução do custo trabalhista propostas na próxima parte deste documento também são relevantes para permitir o melhor aproveitamento desse excesso temporário de oferta de mão de obra no mercado de trabalho formal, que tem produtividade mais alta. O desemprego e o subemprego elevados e prolongados podem gerar a chamada histerese no mercado de trabalho, que poderia deteriorar o capital humano no momento em que ainda temos uma parcela grande de jovens no mercado. Para os próximos anos, não teremos mais o chamado bônus demográfico – o crescimento da população economicamente ativa será menor que o da população total.

GRÁFICO 9

Diferença entre taxas de crescimento: população economicamente ativa (PEA) - população total (1971-2030)
(Em p.p. de crescimento)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Dimac/Ipea.

Supondo-se que, em adição às reformas fiscais de contenção dos gastos públicos (hipótese básica no nosso cenário de referência para os próximos anos), seja executado um amplo conjunto de reformas microeconômicas pró-investimentos e uma reforma tributária que

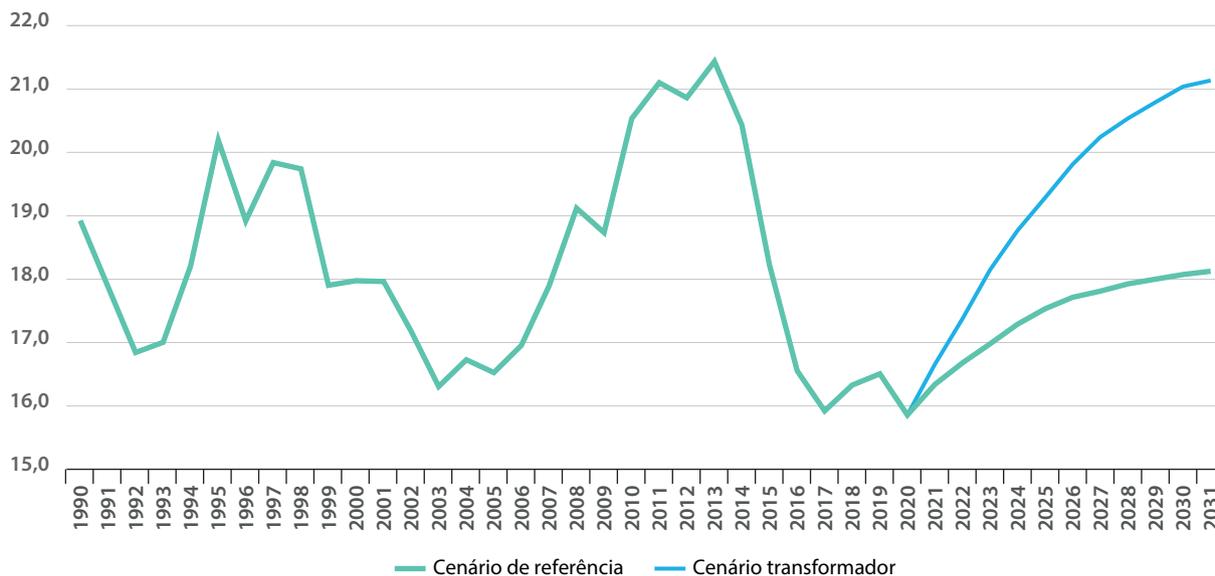
ajude a melhorar a eficiência da economia, é possível projetar um cenário transformador – com crescimento bem mais elevado que no de referência.⁵ Como mencionado anteriormente, há espaço para aumentar significativamente os investimentos em infraestrutura, que estão

5. Para mais detalhes sobre esses cenários e sobre a metodologia de projeção de longo prazo utilizada, ver Cavalcanti e Souza Júnior (2018).

muito baixos e sequer são suficientes para repor a depreciação da deficiente estrutura de transportes e de fornecimento de energia de

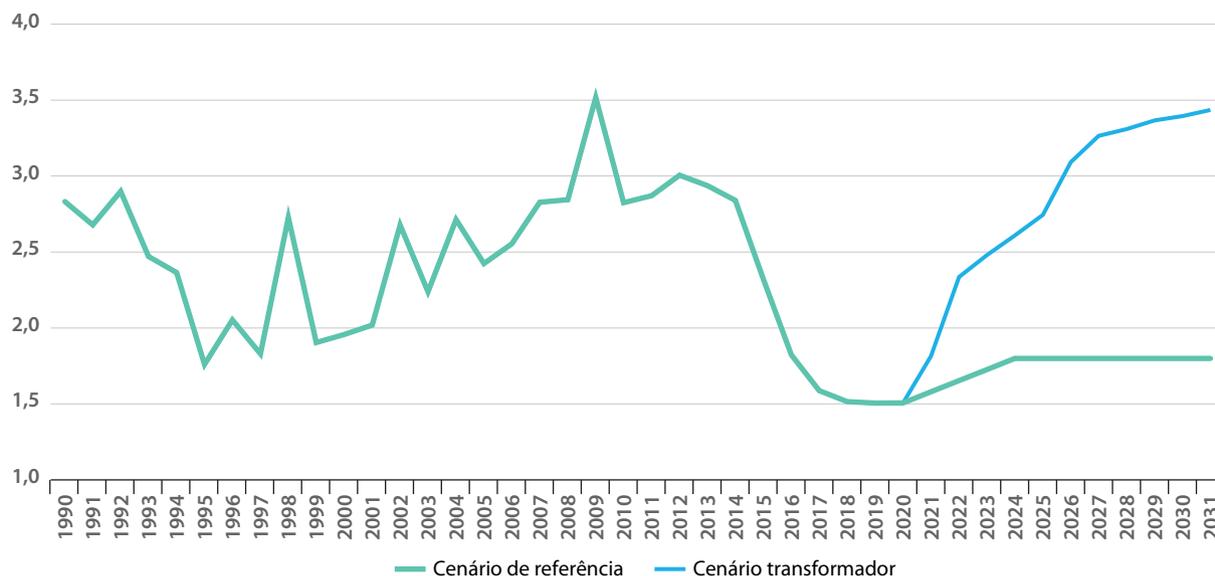
que o país dispõe hoje. Essas medidas não têm custo fiscal, e dependem apenas de aprovação de novas leis no Congresso Nacional.

GRÁFICO 10
Taxa de investimento total (1990-2031)
 (A preços constantes de 2010, em % do PIB)



Fontes: Ipea e IBGE.
 Elaboração: Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11
Taxa de investimento em infraestrutura (1990-2031)
 (A preços constantes de 2010, em % do PIB)



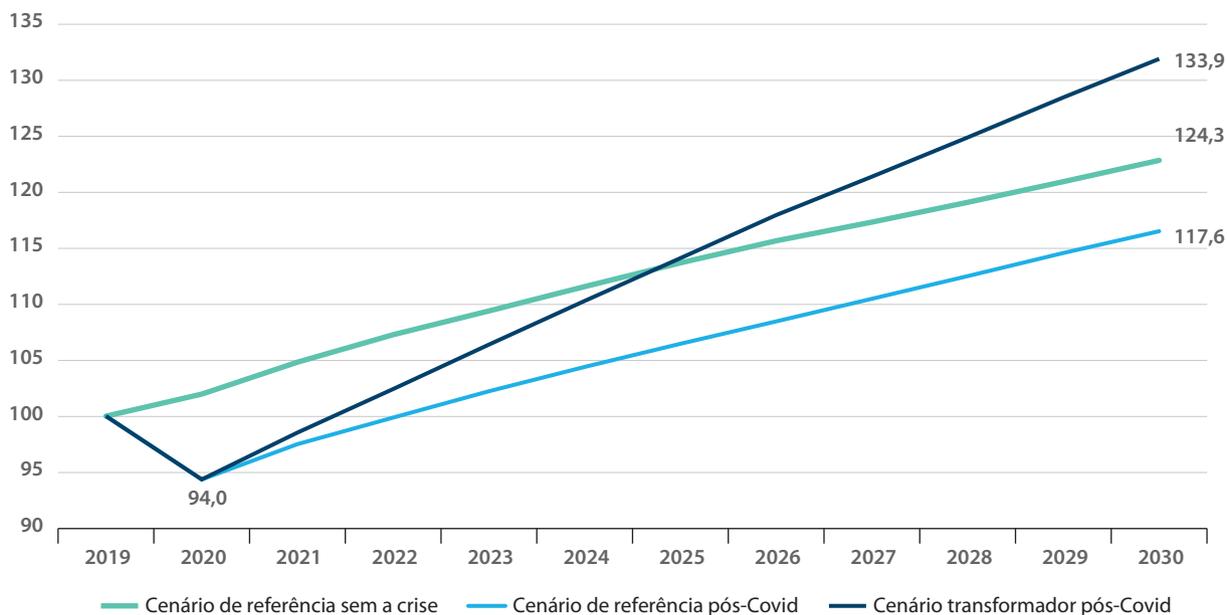
Fontes: Ipea e IBGE.
 Elaboração: Dimac/Ipea.

Como exemplo de medidas microeconômicas que poderiam contribuir para acelerar os investimentos em infraestrutura nesse cenário transformador, podem-se elencar as seguintes: *i)* criação de uma carteira de investimentos de longo prazo, baseada em critérios técnicos para a priorização e com criteriosa análise prévia de projetos; *ii)* aprovação dos novos marcos regulatórios do setor elétrico e das novas concessões; e *iii)* regulamentação do marco regulatório de telecomunicações, aprovado em 2019.

No cenário aqui denominado *transformador*, a produtividade crescerá a taxas significativamente maiores que a observada na média dos últimos quarenta anos – que foi pouco maior que zero. Além disso, supõe-se um cenário mais otimista para o crescimento da escolaridade, que teria efeitos até maiores sobre o capital humano nas próximas décadas do que na atual. Com isso, seria possível ultrapassar a tendência anterior de crescimento em meados dos anos 2020. A taxa de crescimento acumulada no período (2021 a 2031, ano-base = 2020) seria significativamente maior no cenário transformador (42,5%) que no cenário de referência (25,1%).

GRÁFICO 12

PIB: cenário de referência sem a crise versus cenários pós-Covid (2019-2030)
(Índice 2019 = 100)



Elaboração: Dimac/Ipea.

Eixo 1

Atividade produtiva e reconstrução das cadeias de produção

As propostas contidas neste eixo têm por objetivo promover a rápida recuperação econômica a partir do suporte às atividades produtivas, em especial as executadas por micro e pequenas empresas; garantir a manutenção da oferta de bens e serviços em setores estratégicos; aumentar a eficiência da intervenção pública; e preservar e gerar novos empregos. Todas as propostas que exigem dispêndio público são temporárias e não devem passar de cinco anos. Além disso, no sentido de se evitar deterioração das contas públicas, sempre que possível, buscou-se incentivar o investimento privado por meio de novos modelos de financiamento. Ao todo, este eixo contém onze propostas.

Proposta 1.1 – Reformas do sistema legal de recuperação de empresas brasileiro para o enfrentamento da crise sistêmica da Covid-19

Objetivo da proposta

Preservar negócios, garantir empregos, impedir a desvalorização de ativos e assegurar o adequado funcionamento dos mercados de crédito, por meio de uma reforma do sistema legal de insolvência e concurso de credores, inclusive a falência e recuperação de empresas, que: *i)* amplie o acesso ao regime insolvencial, estendendo a possibilidade de falência e recuperação a pessoas físicas e pessoas jurídicas não empresárias; *ii)* amplie o escopo da recuperação, alcançando o universo dos credores e interessados; *iii)* suspenda automaticamente as ações e execuções; *iv)* outorgue segurança jurídica quanto à preservação dos atos jurídicos anteriores à insolvência; *v)* estabeleça regras para realocação rápida e segura dos ativos do

devedor; *vi)* evite ondas de liquidações e incentive reorganizações; *vii)* garanta a continuidade de negócios economicamente viáveis, por meio da criação de entidades-ponte, administradas pelos devedores; *viii)* estabeleça regras para financiamento do ente em recuperação; *ix)* aperfeiçoe as regras de negociação dos planos de recuperação, incentivando a elaboração de planos extrajudiciais e reestruturações privadas de dívidas; *x)* simplifique procedimentos e recursos, diminuindo o tempo de duração dos processos e reduzindo a pressão sobre o sistema de justiça; *xi)* impeça a imposição de fatos consumados aos credores; *xii)* adapte a legislação nacional aos procedimentos da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (Uncitral), para o caso de recuperações judiciais e falências transnacionais.

Proposta 1.2 – Concessão de empréstimo favorecido para micro e pequenas empresas, de modo a se garantir a preservação do tecido produtivo

Objetivo da proposta

Concessão de empréstimo com juros iguais a zero, proporcional ao faturamento médio mensal – de acordo com a atividade da empresa – para todas as MPEs do país (aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões), condicionado à manutenção dos empregos por um período equivalente a seis meses após o encerramento do isolamento social, a ser pago com um ano de carência, a partir da suspensão do isolamento, e com a amortização contingente ao faturamento.

Proposta 1.3 – Criação de uma indústria de reciclagem automotiva

Objetivo da proposta

A proposta objetiva a ampliação do setor automobilístico, gerando um ciclo sustentável de vendas, em que carros em condições inapropriadas sejam retirados de circulação e encaminhados para o setor de reciclagem. Esta devolução do automóvel impróprio deverá gerar um crédito que favoreça ao consumidor adquirir um novo veículo com mais segurança e menor impacto ambiental.

Entre os indicadores que poderão ser estimados, temos: veículos que deverão sair de circulação, aumento da produção automotiva, geração de emprego nos dois setores e redução da poluição atmosférica (com consequentes benefícios à saúde pública). Nos Estados Unidos, tal indústria movimentava cerca de US\$ 25 bilhões a.a. e emprega cerca de 100 mil pessoas. Estima-se que o Brasil tenha potencial para atingir 30% destes valores.¹

Proposta 1.4 – Uso estratégico das compras públicas para fomentar as atividades de micro e pequenas empresas

Objetivo da proposta

Empregar a demanda pública para sustentar a atividade empresarial de micro e pequenas empresas, ao mesmo tempo em que se estimula a competição.

Proposta 1.5 – Novo padrão de financiamento à inovação para o complexo industrial da saúde

Objetivo da proposta

Criar programa de financiamento ao Complexo Industrial da Saúde voltado para o aumento da capacidade produtiva e inovadora do setor,

1. Considerando-se apenas automóveis, é factível atingir tal cifra em um ou dois anos. Juridicamente, seria necessário um esforço relativamente grande, pois envolve diversos setores. Entretanto, o governo de Minas Gerais aprovou legislação já em fevereiro de 2020 (Lei no 23.592/20), e algumas iniciativas (operacionais e legislativas) existem no país. A necessidade de recuperação econômica pode destravar tais processos. O ideal é a existência de uma lei federal, bem como a gestão dos incentivos.

com foco nos principais desafios sanitários e epidemiológicos do Sistema Único de Saúde (SUS). O referido programa teria duas frentes: *i*) médias e pequenas empresas; e *ii*) *startups*. Na frente *(i)*, o Estado entraria como garantidor de empréstimos privados destinados exclusivamente a projetos de inovação (com alta incerteza), e na frente *(ii)*, os recursos públicos, na forma de investimento em empresas inovadoras, seriam alocados, prioritariamente, em *startups* que produzissem soluções ligadas aos desafios do SUS. As empresas do grupo *(ii)* poderiam ser selecionadas a partir de concurso de soluções realizado pelo Ministério da Saúde. Os investimentos feitos nessas empresas seriam aplicados por meio de Fundos, tal como estabelecido pela Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação).

A participação do Estado nas garantias ao crédito privado deverá reduzir o *spread* e permitir não só acesso a projetos incertos, como reduzi-lo a níveis adequados à realidade de pequenas e médias empresas.

Proposta 1.6 – Realização de encomenda tecnológica para o desenvolvimento de sistema autônomo inteligente de gestão de recursos e melhoria da capacidade de atendimento público e privado de saúde

Objetivo da proposta

Propõe-se a realização de encomenda tecnológica (ETEC), visando ao desenvolvimento de solução que permita a integração completa, com uso de sensores e inteligência artificial, para a implantação de um sistema nacional de informação sobre a capacidade máxima de atendimento hospitalar federal em tempo real. Tal solução deve garantir o detalhamento do diagnóstico dos pacientes que ocupam as instalações, bem como demais características que ajudem na gestão dos recursos públicos e privados. O objetivo final é desenvolver uma

solução que permita fazer a gestão do atendimento à saúde em todo o território nacional, independentemente da natureza pública ou privada, e garantir alocação eficiente dos recursos, de acordo com a localização do paciente, seu diagnóstico e a capacidade de atendimento. Dessa forma, com base nas características da demanda e nas possibilidades de oferta, o próprio sistema definiria, inclusive, o local mais eficiente de internação do paciente.

Proposta 1.7 – Ampliação dos recursos destinados à subvenção econômica do MCTI/Finep com programa especial para aplicações em saúde

Objetivo da proposta

Recompôr e ampliar o orçamento da ação de subvenção econômica para R\$ 400 milhões nos próximos dois anos, sendo R\$ 100 milhões destinados a pesquisa e inovação em saúde.

Proposta 1.8 – Concessão de incentivos fiscais para empresas e pessoas físicas que façam doações a universidades e instituições de ciência e tecnologia

Objetivo da proposta

Mobilizar recursos privados para o investimento em C&T no país e garantir a estabilidade desses recursos por meio do estímulo à criação de fundos privados de apoio a instituições de ciência e tecnologia (ICTs).

Proposta 1.9 – Criação de programa de grandes concursos nacionais

Objetivo da proposta

Com base nos princípios da administração pública de impessoalidade e publicidade, pretende-se eleger problemas concretos da

sociedade e das empresas, bem como selecionar pessoas físicas e jurídicas interessadas na participação e financiamento de concursos e seus respectivos prêmios. Nesse sentido, o poder público atuaria como grande articulador dos concursos, de forma a se permitir efetiva solução dos problemas identificados.

Proposta 1.10 – Melhoria da eficácia dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional

Objetivo da proposta

Implantar, em caráter imediato, medidas de custo relativamente baixo, focadas em micro e pequenos empreendedores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que buscam aumentar o número de empréstimos e eliminar entraves na operacionalização dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional (FNO, FNE e FCO), com apoio dos agentes operadores desses fundos.

Eixo 2

Inserção internacional

A crise da Covid-19 afetará fortemente a economia mundial em 2020. Os impactos sobre o Brasil serão igualmente elevados e demandam reflexão sobre os mecanismos que poderão ser usados para reativar a economia brasileira no pós-crise.

Se é verdade que a crise nos traz desafios nunca enfrentados, não se pode esquecer que as bases da economia brasileira necessitam de revisão estrutural, e essas necessidades só se ampliam num contexto de crise.

Uma dimensão relevante da agenda estrutural de reformas da economia brasileira é a redefinição de sua integração econômica com o mundo. Essa agenda se vincula fortemente com a revisão de estímulos aos atores econômicos no país focados em ganhos de produtividade, redução de concentrações de mercado e ampliação da competitividade internacional do Brasil.

Cabe lembrar igualmente que, dada a baixa poupança interna, problema histórico nacional, e a atual situação de restrição fiscal, agravada pela emergência criada pela questão sanitária, o aumento da capacidade de investimento no Brasil depende da atração de investimentos externos, ainda mais patente na atual situação.

A demanda externa por bens e serviços brasileiros deve ser vista como vetor de estímulo ao crescimento da produção no país, demandando reforços e maior ativismo nas ações de promoção comercial.

Além disso, em tempos de crise, é fundamental assegurar o bom funcionamento do comércio internacional, baseado na obediência às regras estabelecidas, e refutar posições em defesa do protecionismo, tendo em vista inclusive o potencial dano no acesso de produtos brasileiros a mercados internacionais.

Apresenta-se aqui um conjunto de propostas que têm enfoque de curto prazo, para o período de recuperação pós-Covid-19, mas também endereçam soluções de médio prazo quanto à inserção internacional da economia brasileira.

Proposta 2.1 – Estímulo ao comércio exterior

Objetivo da proposta

Estimular o setor produtivo em suas atividades de comércio exterior como vetor relevante da recuperação econômica do Brasil, com continuidade da agenda de integração econômica e de estímulos à produtividade.

Proposta 2.2 – Atração de investimento estrangeiro para o país e ampliação de acesso a fontes internacionais de financiamento

Objetivo da proposta

Buscar objetivamente parcerias internacionais para a expansão dos investimentos no país, especialmente em projetos de infraestrutura e novas plantas produtivas.

Proposta 2.3 – Combate ao protecionismo e coordenação da ajuda a países em desenvolvimento

Objetivo da proposta

Atuar com pragmatismo na integração regional e em foros internacionais contra o aumento do protecionismo e pela coordenação por ajuda à recuperação de países em desenvolvimento.

Eixo 3

Investimentos em infraestrutura

O Eixo 3 tem por objetivo garantir a atratividade de contratos público-privados já em andamento e facilitar a atuação de capital privado, ao mesmo tempo em que se geram novos empregos e se equacionam históricos problemas relacionados a condições básicas de infraestrutura social. Portanto, o conceito de infraestrutura aqui utilizado é amplo e visa, já no curto prazo, manter, garantir e expandir condições de vida e produção adequadas às demandas do século XXI.

É preciso também levar em conta que o Brasil é um imenso país, possuidor de diversidades e disparidades socioespaciais expressivas, que forçam as ações governamentais a incorporar a dimensão territorial em suas diversas escalas. Nessa perspectiva, a dimensão territorial deve nortear as obras de infraestrutura, principalmente relativas ao transporte entre cidades e regiões, de modo a se viabilizar a interconexão dos nodos da rede de cidades. Isso faz com que investimentos em infraestrutura, notadamente em mobilidade urbana, saneamento básico e logística, amplifiquem o potencial de cidades e áreas metropolitanas que possam contribuir para alavancar o desenvolvimento de suas regiões e do país. Neste eixo são apresentadas, ao todo, oito propostas.

Proposta 3.1 – Execução de programa de manutenção emergencial de rodovias com o uso do RDC

Objetivo da proposta

Usar o RDC ou ampliar seu escopo para um esforço nacional de recuperação de rodovias, focado em melhorias pontuais de pavimento e recuperação das sinalizações horizontais e

verticais. A União pode, para além das rodovias federais, financiar estados e municípios na realização do mesmo tipo de trabalho. A execução de inúmeras pequenas obras, ao contrário de poucas grandes obras, tem a vantagem de empregar maior número de pessoas e entregar resultados imediatos. A recuperação das rodovias mantém seu valor como ativo (e facilita uma futura concessão), contribui para reduzir custos de logística, diminuir acidentes, e estima-se que possa gerar 100 mil empregos/ano para cada R\$ 1 bilhão de investimentos. Acredita-se que seja possível investir cerca de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões (incluindo empréstimos aos estados).

Proposta 3.2 – Criar câmara de revisão de concessões

Objetivo da proposta

Criar câmara de revisão de concessões, com o objetivo de unificar o recebimento de pedidos de revisão, organizar informações sobre a saúde financeira dos concessionários e dar suporte (com definição de parâmetros) às negociações. Estas devem ser individuais e específicas ao caso concreto, mas devem garantir alinhamento à estratégia mais abrangente do governo federal.

Proposta 3.3 – Facilitar a participação de capital externo em infraestrutura econômica

Objetivo da proposta

Retirada de entraves burocráticos para a participação estrangeira em concessões, a exemplo da comprovação de capacidade técnica e financeira (uma instituição financeira

ou seguradora ofereceria essa garantia), facilitando-se, também, a concessão de licenças de trabalho para seus funcionários (via parceria com o Ministério das Relações Exteriores).

Proposta 3.4 – Expansão do acesso aos serviços de saneamento básico em áreas irregulares

Objetivo da proposta

Ampliar o acesso a serviços de saneamento básico, com ênfase nas áreas irregulares, comunidades isoladas e pequenos municípios.

Proposta 3.5 – Permitir e difundir a construção ferroviária privada por autorização

Objetivo da proposta

Rever subsídios concedidos à cadeia produtiva de minérios e grãos para exportação, bem como reconsiderar a renúncia de valores de outorga, em troca de investimentos em infraestrutura de transportes, e outros tipos de renúncia fiscal ou subsídio no setor ferroviário. Criar instrumento específico de autorização para construção ferroviária privada, permitindo e facilitando o ingresso de recursos privados. Estima-se o potencial de investimentos privados na ordem de R\$ 1 bilhão por ano (podendo ser ampliado), com geração de 100 mil empregos.

Proposta 3.6 – Apoiar a cadeia produtiva de painéis solares e o Programa Mais Luz para a Amazônia

Objetivo da proposta

Aumentar a competitividade dos equipamentos solares nacionais, possibilitar a geração de empregos crescentes nos fabricantes nacionais e proporcionar menores custos ao programa Mais Luz para a Amazônia.

Proposta 3.7 – Ampliação do acesso à banda larga de qualidade com base no mercado potencial

Objetivo da proposta

Ampliação do acesso à internet de alta qualidade.

Proposta 3.8 – Redução dos impactos econômicos negativos sobre o transporte público

Objetivo da proposta

Minimizar os impactos econômicos da pandemia sobre as empresas de transporte público e manter o acesso dos usuários ao serviço, com benefícios para os prestadores e usuários.

Eixo 4

Proteção econômica e social de populações vulneráveis

A crise sanitária e econômica internacional, gerada pela pandemia de Covid-19, atingiu o Brasil no momento em que o país apresentava sinais moderados de recuperação econômica, embora ainda com altos índices de pobreza e grandes desigualdades sociais. Em 2019, cerca de 6,5 % da população, ou seja, 13.736.416 pessoas, viviam abaixo da linha internacional de pobreza (US\$ 1,90 *per capita* por dia). Esta proporção aumenta para 11,8%, o que corresponde a 24.774.656 pessoas, se considerarmos como linha de pobreza pessoas vivendo com um quarto do salário mínimo por mês (R\$ 249,50).¹ A vulnerabilidade desta população se manifestava também em outras dimensões da pobreza, além da renda, por exemplo, no acesso a moradias e a serviços sanitários de saúde e educação adequados.

O impacto devastador da pandemia na vida desse segmento, que já se encontrava em situação de vulnerabilidade, vem se manifestando desde os primeiros meses em que as medidas de isolamento social se tornaram necessárias. Estimativas realizadas por estudo do Ipea (Souza *et al.*, 2020), mostrando o aumento da população que iria solicitar auxílio de programas de transferência de renda para sobrevivência, aos moldes do auxílio emergencial que foi instituído, se confirmaram, revelando o aumento da população em situação de pobreza e vulnerabilidade. Segundo os autores do estudo *Estimativas de público elegível e custos do Benefício Emergencial criado pelo PL 9.236/2017*, cerca de 59 milhões de pessoas buscariam o auxílio emergencial, e este deveria atingir 36 milhões de famílias, compostas por 117 milhões de membros (Souza *et al.*, 2020). Destes solicitantes, cerca de 81,7% estavam inscritos no Cadastro Único para Programas

Sociais do Governo Federal (ou Cadastro Único) e 10,9% seriam constituídos por trabalhadores informais, trabalhadores por conta própria e contribuintes individuais.

No conjunto de propostas aqui apresentadas, visando mitigar os efeitos da atual crise econômica, as duas primeiras (4.1 e 4.2) têm como objetivos evitar demissões e incentivar as empresas a contratarem (ou recontratarem) mão de obra. A elas se somam medidas de proteção a segmentos mais vulneráveis, como o de famílias com crianças, que constituem os estratos mais pobres da população, com a proposta de criação de um *benefício infantil universal* na seção 4.3. Outro grupo específico contemplado nas propostas é o de jovens que estavam sem estudar ou trabalhar antes mesmo do início da pandemia (seção 4.4). A seção 4.5 tem como foco os idosos de famílias em situação de pobreza, e apresenta propostas de geração de empregos para cuidadores familiares de pessoas idosas vulneráveis. Propostas com foco na segurança e abastecimento alimentar, com objetivos de fortalecer a agricultura familiar e o sistema de distribuição de alimentos, são apresentadas na seção 4.6.

Neste conjunto de propostas e ações apresentados no eixo 4, reconhece-se a relevância e a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS) como políticas centrais de proteção à população. Tendo em vista que a maioria da população brasileira depende exclusivamente do SUS para acessar a atenção à saúde, é pressuposto fundamental para a proteção social que este sistema seja priorizado e fortalecido, tanto em termos de ampliação e alocação de recursos como de acesso a novas fontes.

1. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2019. Elaboração: Ipea.

Dado que este documento apresenta propostas de curto e médio prazos, e que a complexidade das propostas de fortalecimento do SUS e do SUAS vão se concretizar num período mais longo de tempo, requerendo mudança constitucional, optou-se por recortes específicos do amplo tema da saúde. Ainda na seção 4.7, são apresentadas propostas visando repor os profissionais de saúde afastados ou falecidos por contração do vírus, e aumentar a quantidade de profissionais para atendimento a demandas não contempladas no período da pandemia. Assim, na seção 4.7 são apresentadas ações para adequar o quantitativo de profissionais de saúde à nova realidade do SUS; e na seção seguinte (4.8), proposta referente a encomendas tecnológicas para o desenvolvimento de vacina tríplice ou solução para imunização contra dengue, chikungunya e zika.

As seções seguintes focam ações relativas à educação, tais como estratégias para a retomada das atividades de ensino presencial em escolas públicas no período pós-pandemia. A seção 4.9 apresenta a proposta de prover acesso aos meios digitais de aprendizado com fins educativos aos alunos da rede pública. A seção 4.10 apresenta a proposta de ampliação da oferta de educação em tempo integral na educação básica das escolas públicas como estratégia de recuperação do período em que as atividades escolares estiveram suspensas. A proposta 4.11 trata do ensino superior e tem como objetivo a estruturação de um sistema nacional de financiamento estudantil, englobando financiamento público e privado destinado a estudantes de educação superior (em nível de graduação e de pós-graduação) e de educação profissional e tecnológica (em cursos técnicos subsequentes ao ensino médio).

Por fim, a última proposta sugere a participação nacional no esforço internacional de desenvolvimento de vacinas para o novo coronavírus, de forma a garantir fornecimento suficiente quando estas estiverem, porventura, disponíveis.

Proposta 4.1 – Implementação de programas de subsídio temporário à contratação de trabalhadores e renovação de programas de redução de jornada

Objetivo da proposta

Um instrumento amplamente utilizado pelos países para incentivar contratações em momentos de recuperação que sucedem uma crise aguda é a concessão de subsídios ao custo do trabalho. Mais especificamente, esse tipo de programa concede um subsídio temporário às empresas atrelado ao salário relativo a novas contratações. Esse subsídio pode ser operacionalizado por meio de redução temporária de tributos que incidem sobre a folha salarial, com a possibilidade de essa redução ser decrescente ao longo do período de contrato.

Uma possível forma de estimular maior geração de empregos é, por exemplo, tornar a contratação de duas pessoas, para cada uma trabalhar por vinte horas semanais, mais barata do que a contratação de uma só pessoa para trabalhar por quarenta horas semanais. Até que toda a população estivesse imunizada contra o coronavírus, isso estimularia o revezamento de trabalhadores em dias alternados nas empresas, reduzindo as chances de contágio em locais de trabalho, ruas e meios de transporte públicos. Além disso, contribuiria para conter a desigualdade e a pobreza extrema no cenário esperado de demanda deprimida por horas totais de trabalho.

Jornadas mais longas continuariam permitidas, porém as mais curtas teriam carga tributária reduzida. Embora o recorte por jornada seja horizontal, podendo beneficiar todos os trabalhadores e empresas, os grupos historicamente contratados com jornadas mais curtas tenderiam a ser os mais beneficiados. Esses grupos incluem os jovens, as mulheres, os idosos, os menos escolarizados e os empregados sem carteira assinada, que teriam um estímulo à sua contratação ou formalização.

Proposta 4.2 – Prorrogação de reduções na jornada implementadas via MP nº 936/2020, com reduções nas despesas do governo em benefícios emergenciais

Objetivo da proposta

Prorrogação de reduções na jornada implementadas via MP nº 936/2020, com reduções nas despesas do governo nos benefícios emergenciais.

Proposta 4.3 – Unificação e ampliação de benefícios voltados para a infância

Objetivo da proposta

Criar um benefício infantil universal para crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, no valor do benefício variável do Programa Bolsa Família (hoje, R\$ 41 por mês), extinguindo-se o benefício variável da criança, o BVJ e o benefício básico do Bolsa Família; o salário família; e a dedução por filhos dependentes no IRPF. O Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), do Bolsa Família, continuaria a existir, compensando em grande medida o fim do benefício básico.

A existência de um benefício universal para crianças e adolescentes tem um sólido suporte conceitual. É uma proposta defendida em documentos fundamentais de política social (por exemplo, o *Relatório Beveridge*, de 1942; ou o essencial trabalho de Atkinson, 2015). Nesses documentos, o benefício infantil universal é “considerado parte da estratégia para a superação da pobreza extrema e a redução da desigualdade” (Soares *et al.*, 2019).

O benefício infantil universal também é um elemento compartilhado por diversos sistemas de proteção social de países desenvolvidos. E há precedentes no mundo em desenvolvimento de unificação de transferências nos moldes aqui propostos: a Argentina unificou três transferências essencialmente similares às brasileiras em um benefício universal.

Proposta 4.4 – Criação de uma Estratégia Integrada para promover o emprego e a educação dos jovens vulneráveis

Objetivo da proposta

Reduzir a inatividade e a elevada taxa de desemprego dos jovens vulneráveis inscritos no Cadastro Único por meio da criação de oportunidades de participação em atividades de ensino, formação e emprego, de acordo com as preferências e necessidades dos jovens.

A Estratégia ofertará as seguintes ações:

- serviços de cuidados para crianças (creches) próximos ao local de residência, do trabalho ou da escola dos jovens;
- segunda chance de escolarização (ensino de jovens e adultos para os níveis fundamental e médio);
- assistência à procura de emprego (elaboração de currículos, testes vocacionais, treinamento das habilidades socioemocionais, identificação e encaminhamento para vagas de emprego, entre outros);
- treinamento e capacitação profissional em serviço;
- apoio e treinamento específico para abertura e sustentabilidade de microempreendimentos;
- financiamento para apoiar microempreendedores; e
- intermediação/colocação no mercado de trabalho.

Proposta 4.5 – Geração de empregos por meio de ajuda para os cuidadores familiares de idosos

Objetivo da proposta

Sugerir um grupo de medidas que possam apoiar os cuidadores familiares de idosos e gerar emprego e renda.

O público-alvo da proposta são os idosos e cuidadores em situação econômica e social de vulnerabilidade.

Proposta 4.6 – Proteção e geração de ocupações na agricultura familiar e abastecimento alimentar

Objetivo da proposta

O objetivo desta proposta é promover o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar, a partir de investimentos no seu potencial produtivo e proteção aos agricultores familiares de situações de vulnerabilidade, a fim de se garantir que o setor cumpra sua função estratégica no abastecimento alimentar.

Proposta 4.7 – Repor e aumentar o número de profissionais de saúde afastados no período da pandemia

Objetivo da proposta

Adequar o quantitativo de profissionais de saúde à nova realidade do SUS.

Proposta 4.8 – Realização de encomenda tecnológica para o desenvolvimento de vacina “tríplice” ou solução para imunização ou proteção contra dengue, chikungunya e zika

Objetivo da proposta

Propõe-se realizar ETEC, com vistas ao desenvolvimento de vacina “tríplice” ou solução tecnológica para imunização ou proteção da população brasileira contra as três arboviroses citadas. Ou seja, na impossibilidade de se realizar o desenvolvimento de uma nova

vacina, deve-se encontrar solução alternativa no sentido de garantir proteção contra aquelas doenças.

Proposta 4.9 – Retomada das atividades escolares pós-crise da Covid-19: distribuir um *tablet* ou *laptop* para fins educativos aos alunos da rede pública

Objetivo da proposta

Distribuir um *tablet* ou *laptop*, para fins educativos, aos alunos da rede pública, pode contribuir para atingir a meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE). A referida meta trata do acesso a ambientes de aprendizagem virtuais, com conteúdos interativos e recursos de pesquisa, visando contribuir com a aprendizagem dos conteúdos escolares. As possibilidades das TICs na educação são muitas e de natureza diversa, e escolas da rede privada as utilizam, inclusive na educação básica. Além disso, há uma evidente contribuição para a geração de empregos, tanto na indústria de *hardware* como para desenvolvimento de *softwares* educativos com conteúdo para cada nível educacional; e oportunidades de desenvolvimento de ambientes de aprendizagem virtuais, com áreas para interação com os professores e a turma. O público-alvo da medida são os estudantes da educação básica da rede pública.

Proposta 4.10 – Implementar tempo integral na educação básica

Objetivo da proposta

Ampliar a oferta de educação em tempo integral na educação básica. Essa é uma proposta para o período pós-pandemia, em que as crianças e jovens voltarem às aulas presenciais nas escolas. Exige planejamento e tempo; por isso, é importante começar agora. Em muitos municípios,

isso significará a ampliação da rede de escolas e a eventual contratação de professores, o que contribuirá para a geração de empregos.

Proposta 4.11 – Criação de Sistema de Financiamento Estudantil com pagamentos vinculados à renda futura

Objetivo da proposta

A proposta busca criar condições para que jovens com renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo disponham de meios para, caso seja sua intenção, fazer um curso técnico e/ou um curso superior, conforme suas aspirações e seu potencial, sem que eventuais restrições financeiras se tornem barreiras à consecução desse propósito.

No caso do ensino superior, o sistema proposto permitiria ao governo federal viabilizar até 730 mil bolsas integrais equivalentes em instituições de educação superior (IES) privadas, com a unificação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e dos auxílios estudantis concedidos por IES sem fins lucrativos, como contrapartida à imunidade tributária que a Constituição lhes outorga (estimativas feitas aplicando as regras atuais ao quantitativo de matrículas registradas no *Censo da Educação Superior* de 2018). Esse total permitiria atender a 100% dos estudantes matriculados em IES privadas provenientes de famílias com renda *per capita* de até 0,5 salário mínimo (segundo estimativas usando-se a PNAD Contínua de 2018), 100% dos estudantes com deficiência matriculados nessas IES (segundo estimativas usando-se o Censo da Educação Superior de 2018) e parte dos que são de famílias com renda *per capita* de até 1 salário mínimo (segundo estimativas feitas usando-se a PNAD Contínua de 2018). Tornaria, ademais, desnecessário o Fies, que em 2019 mantinha 2,9 milhões de contratos ativos de empréstimo a um custo médio de R\$ 45.600,00 por contrato (considerando-se que a duração média dos cursos é de quatro anos e que a mensalidade média paga pelo Fies, em 2019, foi de R\$ 950,00, deixados de fora os custos de gestão do programa) e apresentava inadimplência superior a 50% (segundo dados

do Ministério da Economia). Nas IES públicas, a introdução de uma contribuição especial a ser paga por ex-estudantes com renda acima da faixa de isenção do IRPF permitiria arrecadar, com a maturação do sistema proposto e segundo simulações feitas com dados em painel da PNAD Contínua, cerca de R\$ 6,4 bilhões de cada coorte anual de egressos das Ifes, que, em 2018, formaram 156 mil pessoas (segundo o *Censo da Educação Superior* daquele ano). Os recursos arrecadados poderiam ser utilizados para pagar bolsas de permanência a estudantes de baixa renda, reduzindo-se a evasão nas Ifes. Com a Receita Federal na coleta dos pagamentos (razão pela qual uma contribuição especial é sugerida como meio de financiar o sistema proposto), além de maior eficácia na arrecadação (minimizando-se a inadimplência, que tem praticamente inviabilizado o Fies), seria fomentado um mercado privado de crédito educacional, que hoje é muito incipiente. Isto permitiria ao governo concentrar – estritamente por meio da imunidade tributária e das renúncias fiscais já vigentes, no caso de IES privadas, e de contribuição financeira de ex-estudantes como contrapartida à gratuidade da matrícula, no caso das IES públicas – o financiamento estudantil em estudantes de baixa renda, enquanto o mercado privado teria condições de atender às classes médias.

Proposta 4.12 – Imediato apoio financeiro aos esforços internacionais de desenvolvimento de vacinas para o novo coronavírus

Objetivo da proposta

Participar do esforço internacional de desenvolvimento de vacinas através de apoio financeiro direto a empresas estrangeiras que estejam mais avançadas no desenvolvimento de vacinas para o novo coronavírus, de forma a se garantir fornecimento suficiente quando estas, porventura, estiverem disponíveis.

Referências

BASTOS, E. K. Boletim de expectativas. **Carta de Conjuntura**, n. 46, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/37VCm04>>.

BRASIL. Ministério da Economia. **Divulgação e transparência das ações de enfrentamento ao Covid-19**. Brasília: Secretaria Especial de Fazenda, 22 maio 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/317rsDg>>.

CAVALCANTI, M. A. F. de H. *et al.* Impactos macroeconômicos do choque fiscal de 2015: a regularização de despesas públicas não contabilizadas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, n. 4, 2019.

CAVALCANTI, M. A. F. de H.; SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. Cenários macroeconômicos para o período 2020-2031. **Carta de Conjuntura**, n. 41, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3dtLxpT>>.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Comitê de Datação de Ciclos Econômicos**. Rio de Janeiro: FGV, 30 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nrxch>>.

SOARES, S. *et al.* **A universal child grant in Brazil: what must we do, and what can we expect from it?** Brasília: IPC-IG, 2019. (Working Paper, n. 181).

SOUZA JÚNIOR, J. R. *et al.* Visão geral da conjuntura. **Carta de Conjuntura**, n. 46, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3eywPiO>>.

SOUZA, P. H. G. F. *et al.* **Estimativas de público elegível e custos do benefício emergencial criado pelo PL 9.236/2017**. Brasília: Ipea, mar. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 60). Disponível em: <<https://bit.ly/2NoJiJF>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICO. **Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público – Simob/ANTP**: relatório geral 2017. [s.l.]: Simob/ANTP, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **24º Diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2018**. Brasília: SNS/MDR, 2019.

_____. Ministério da Economia. **Relatório mensal da dívida pública federal**. Brasília: Tesouro Nacional, fev. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/c443br>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CAMARANO, A. A. Quanto custa cuidar e quem paga por isto? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

_____. **Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 64).

CAMARANO, A. A.; BARBOSA, P. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CARVALHO, A. X.; MENDONÇA, M.; SILVA, J. **Dimensionamento do mercado de banda larga no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2017. (Texto para Discussão, n. 2322). Disponível em: <<https://bit.ly/2BCNaEe>>.

CARVALHO, C. H. *et al.* **Tarifação e financiamento do transporte público urbano**. Brasília: Ipea, 2013. (Nota Técnica, n. 2). Disponível em: <<https://bit.ly/3etyTbC>>.

CARVALHO, C. H.; PEREIRA, R. H. Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil. **Transportes**, v. 20, n. 1, p. 31-40, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2B3uFZK>>.

CASTRO, G. H. *et al.* Desoneração sobre a folha de pagamento: uma análise a partir do modelo de ajustes poligonais para o Brasil. *In*: SACHSIDA, A. (Org.). **Políticas públicas: avaliando mais de meio trilhão de reais em gastos públicos**. Brasília: Ipea, 2018.

CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE; SEST SENAT – SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE. **Pesquisa CNT de rodovias 2019**. Brasília: CNT; Sest Senat, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2YunO4L>>.

DE NEGRI, F.; RAUEN, A. **Innovation policies in Brazil during the 2000s: the need for new paths**. Brasília: Ipea, 2018. (Discussion Paper, n. 235).

FEHN, A. *et al.* **Vulnerabilidade e deficit de profissionais de saúde no enfrentamento da Covid-19**. São Paulo: Ieps, maio 2020. (Nota Técnica, n. 10).

FNSMU – FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E DIRIGENTES PÚBLICOS DE MOBILIDADE URBANA; NTU – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS; ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Medidas emer-**

genciais no transporte público – estado de calamidade pública (Covid-19). [s.l.]: FNSMU; NTU; ANTP, 2020.

GARCIA, F.; SACHSIDA, A.; CARVALHO, A. X. Impacto da desoneração da folha de pagamentos sobre o emprego: novas evidências. *In*: SACHSIDA, A. (Org.). **Políticas públicas: avaliando mais de meio trilhão de reais em gastos públicos**. Brasília: Ipea, 2018.

GATES, B. The next epidemic – Lessons from Ebola. **New England Journal of Medicine**, v. 372, n. 15, p. 1381-1384, 2015.

_____. Responding to Covid-19 – a once-in-a-century pandemic? **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 18, p. 1677-1679, 2020.

GIACOMIN, K. C. *et al.* Cuidado e limitações funcionais em atividades cotidianas – ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, p. 1s-12s, 2018.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

GOPINATH, G. The great lockdown: worst economic downturn since the Great Depression. **IMFBlog**, abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ve0fet>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

_____. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

_____. **Pesquisa Anual de Serviços 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017c.

_____. **Pesquisa Anual de Comércio 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017d.

LIMA-COSTA, M. *et al.* Socioeconomic inequalities in activities of daily living limitations and in the provision of informal and formal care for noninstitutionalized older Brazilians: National Health Survey, 2013. **International Journal for Equity in Health**, v. 15, n. 137, 2016.

LOZARDO, E. *et al.* (Orgs.). **Desafios da nação**. v. 2. Brasília: Ipea; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3dspWOn>>.

MAYER, S. V.; TESH, R. B.; VASILAKIS, N. The emergence of arthropod-borne viral diseases: a global prospective on dengue, chikungunya and zika fevers. **ActaTropica**, v. 166, p. 155-163, 2017.

MONTEIRO NETO, A. *et al.* Avaliação qualitativa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de seus instrumentos explícitos: uma percepção dos beneficiários e bancos operadores. *In*: RESENDE, G. M. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017.

NTU – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS. **Covid-19 e o transporte público por ônibus**: impactos no setor e ações realizadas. Brasília: NTU, 2020.

RAUEN, A. T. (Org.). Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3gc8yPN>.

RAUEN, A. T.; BARBOSA, C. M. M. Encomendas tecnológicas no Brasil: guia geral de boas práticas. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3eOd1YC>.

RAUEN, A. T. *et al.* Emprego setorial e o enfrentamento à Covid-19. **Radar**: tecnologia, produção e comércio exterior, Brasília, n. 62, 2020.

SARTINI, C. M.; CORREIA, A. M. Programa Maior Cuidado: qualificando e humanizando o cuidado. **PensarBH – Política Social**, v. 3, n. 31, p. 10-13, mar. 2012.

SCHEFFER, M. (Coord.). **Demografia médica no Brasil 2018**. São Paulo: FMUSP; CFM; Cremesp, 2018.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios**: resultados nacionais. 3. ed. Brasília: Sebrae, 2020a.

_____. **DataSebrae – Painel de empresas**. Brasília: Sebrae, 2020b. Disponível em: <<https://is.gd/ty5A8o>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SERVO, L. M. *et al.* **Equipamentos de proteção individual, higienizantes e material de higiene pessoal**: preços, regulação e gestão da informação em tempos de coronavírus. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 63).

TAMIYA, N. *et al.* Population ageing and well-being: lessons from Japan's long-term care insurance policy. **Lancet**, v. 378, n. 9797, p. 1183-1192, 2011.

VILELA, P. R. Pequenas empresas garantem saldo positivo de empregos, mostra Sebrae. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 1º jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nu7tGA>>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Herllyson da Silva Souza

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

MISSÃO DO IPEA

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.